



## ENTREVISTA COM EDGAR MORIN

### APRESENTAÇÃO

A entrevista com o pensador francês Edgar Morin fez parte da produção de subsídios destinados ao processo de preparação da 3ª Olimpíada Latino-Americana de Filosofia, realizada na cidade de Petrópolis, Rio de Janeiro, em outubro de 2012. Talvez pareça estranho para alguns ouvir falar de olimpíadas de Filosofia, sobretudo vinda de componente curricular historicamente marcado pela criticidade. Estaria a filosofia reforçando a bandeira da competição individual entre os jovens?

Porém, vale dizer que apesar de ela ter surgido na Bulgária, mais precisamente na Universidade de Sofia, tendo como objetivo a produção de ensaios filosóficos individuais entre os estudantes da educação básica, a Olimpíada de Filosofia ganhou um novo desenho ao ser adaptada à realidade latinoamericana. Filósofos e professores do Uruguai deram o salto qualitativo ao ressignificar a olimpíada e dar a ela um caráter solidário. Ou seja, para resolver um problema filosófico determinado, jovens de diversas escolas se encontravam para buscar e encontrar uma solução ao final da qual todos eram valorizados e certificados.

Assim se fez também com o problema proposto para o ano de 2012: Qual o custo social do progresso? Como Edgar Morin estava em visita ao Rio de Janeiro, numa instituição escolar de referência, solicitamos a ele uma entrevista com o objetivo de produzir reflexões que alimentasse a discussão do referido problema.

Passados mais de dez anos, a questão proposta sobre o custo social do progresso continua um tema pertinente, ainda mais agora, em tempos de investimento na tecnologia, com destaque para a inteligência artificial, por exemplo, que poderá vir a substituir a mão de obra humana.

André Vinícius Dias Senra

(Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro)

Mateus Geraldo Xavier

(Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)



## ENTREVISTA COM EDGAR MORIN: QUAL O CUSTO SOCIAL DO PROGRESSO?<sup>1</sup>

**ANDRÉ SENRA** – *O que é progresso e qual sua raiz problemática?*

**EDGAR MORIN** – No sentido comum, progresso significa ao mesmo tempo desenvolvimento da economia, da técnica, do bem-estar e melhoria em todos os aspectos da vida. A ideia do progresso era de que a história humana havia encontrado seu verdadeiro caminho com a modernidade. No momento da Revolução Francesa, Condorcet (pensador da época das luzes) pensava que o progresso era uma lei histórica, que sempre haveria progresso, que o amanhã sempre seria melhor que hoje. Essa ideia de progresso foi incorporada nas mentes do primeiro mundo europeu ocidental e, no século XX, penetra em outros países. O que mudou é que não há mais uma ideia de progresso como lei da história. Porque se vê que o progresso das armas nucleares não é um progresso humano, se vê que a incerteza e o desconhecido não permitem fazer previsão do futuro, que são muitos os perigos de regressão em todo o mundo. O que entrou em crise foi a fé no progresso como uma lei histórica.

**ANDRÉ SENRA** – *Por que o progresso humano, desde a cultura antropocêntrica da Modernidade, não resultou em equilíbrio, paz, bom senso, mas em disputas territorialistas, imperialistas e radicalismos tal como vimos no desenvolvimento do capitalismo?*

**EDGAR MORIN** – É verdade que há uma ligação da modernidade com o progresso. Hoje, a ideia comum do desenvolvimento é de que os progressos materiais, técnicos e econômicos produzem naturalmente progresso humano, democracia e bem-viver. A experiência iniciada no século passado mostrou que o progresso técnico-econômico pode acontecer numa condição de ditadura e de falta de liberdade. Veja, por exemplo, a falta de liberdade no Chile, com Pinochet ou no contexto da ditadura no Brasil. Progresso material não significa progresso humano. Hoje, a crise do progresso é ao mesmo tempo a crise da modernidade. A ideia de modernidade é que o desenvolvimento da ciência, da técnica e da economia são desenvolvimentos permanentes que vão sempre melhorar a humanidade. A ideia ocidental de progresso é que a ciência e a técnica são meios de dominação da natureza. No mundo ocidental há uma separação total entre humanidade e natureza. Na Bíblia, um Deus criador fez o homem à sua imagem. Mais tarde, Paulo fala da ressurreição para os humanos, não para os animais. Descartes, no século XVII, defendeu a ideia do humano como mente, como espírito e a animalidade como máquina. Começou uma separação radical do mundo humano e do mundo da natureza. Como se o mundo humano não fosse dependente do mundo da vida. Por essa razão, chegamos muito tarde à consciência ecológica de nossa relação com a natureza. A ideia ocidental da modernidade é que há uma separação entre sujeito e objeto. Essa separação é uma crise forte da modernidade. Essa está presente ao mesmo tempo no desenvolvimento das cidades, da educação, das empresas, do capitalismo e também do anti-capitalismo (dos socialismos).

A Europa passou por um momento de equilíbrio do capitalismo, onde sua vontade de dominação foi equilibrada pelos trabalhadores, sindicatos, partidos de esquerda, um equilíbrio que durou por 23 anos, que permitiu a criação de leis sociais de proteção do trabalho, que permitiu impor ao capitalismo algumas decisões que limitam o seu poder. Com o fim do século passado, não unicamente com a implosão da URSS, mas também com as ideias neoliberais de Thatcher, não havia nenhum freio à vontade ilimitada de lucro do capitalismo. É um traço muito importante da mundialização porque se vê o aumento da desigualdade. Ricos mais ricos e pobres mais pobres. Porque não existe um limite ao capitalismo normal, sobretudo ao capitalismo financeiro, especulativo que tem um poder gigante. Em nossa época, não se pode falar sem mais de um progresso. Há duas coisas: uma coisa é o progresso técnico e econômico. Outra coisa é o progresso humano. O primeiro não produz necessariamente o progresso humano. O progresso humano deve lutar contra esse tipo de progresso, deve controlar a ciência para impedir-lhe fazer armas nucleares, deve controlar a técnica. A ideia de progresso começa a cambiar. O progresso não é mais uma lei da história. O progresso é uma possibilidade humana. Uma possibilidade que não é uma certeza. Quando se estabelece um progresso, esse não é irreversível. Por exemplo, no século XIX, dentro dos países da Europa, suprimiu-se a tortura. No século XX, nos mesmos países, com o nazismo, stalinismo, com a guerra francesa tudo se modificou. Pensava-se que a democracia era uma coisa irreversível na Europa, antes da Primeira Guerra Mundial. Depois, nesses países democráticos, chegou o stalinismo, o franquismo na Espanha, o nazismo na Alemanha. Não há nada irreversível no progresso e na economia. É uma questão de vontade e consciência. A ideia é que o que não regenera,

<sup>1</sup> Entrevista concedida em 27/02/2012, pelo pensador francês Edgar Morin, aos professores brasileiros de filosofia André Vinicius Dias Senra e Mateus Geraldo Xavier, por ocasião da preparação para a Olimpíada Latino-Americana de Filosofia (que ocorreu em outubro de 2012 na cidade de Petrópolis no Estado do Rio de Janeiro).



degenera. Se não podemos regenerar a democracia fazendo que vá além de palavra vazia, ela vai degenerar. Se não podemos regenerar o humanismo, ele vai degenerar. Outra coisa que se deve considerar aqui é a relação humana com a natureza. É progresso considerar que há limites ao crescimento econômico. Deve haver limites para a produção, por exemplo, de carros. Há coisas sem limites e coisas com limites. O que é sem limite para nós é a energia solar. Os animais e vegetais sabem usá-la melhor que nós. Há fontes de energia que vão encurtar-se - petróleo, carbono que são sujos<sup>2</sup>. O limite é que esse desenvolvimento técnico provoca disfunção à natureza. Limite é respeitar a biodiversidade. É preciso respeitar a vida animal, a vida vegetal. Outra coisa, é que devemos entrar numa consciência ecológica não unicamente para a energia, mas para também para mudar, por exemplo, a agricultura. Há fazendas gigantes em Mato Grosso e na França que matam a capacidade da terra, em função dos ingredientes químicos e pesticidas para produzir alimentos. Hoje a agricultura industrializada capitalista é uma das piores coisas que prejudicam os seres humanos. Devemos regressar e investir na agricultura campesina. O perigo aqui no Brasil e nos países da África são as multinacionais ocidentais, chinesas, coreanas e sauditas que compram terras para fazer agricultura industrial de exportação para eles, que vão produzir fome em nossos países. Agora, um imperativo é que cada país tenha sua autonomia mínima alimentar, mesmo que possa continuar a importar coisas necessárias.

**ANDRÉ SENRA** – *Por que proclamar Direitos da Natureza como se a questão do Humanismo já estivesse resolvida, equacionada ou superada? Não seria o caso de redefinir o que significa a ação do homem para se determinar o sentido daquilo que é produzido e de que modo se pode propor um modo alternativo com respeito à relação do homem com a natureza?*

**EDGAR MORIN** – Não sei se o mais importante seria uma Declaração Universal dos Direitos da Natureza ou se o mais importante é fazer entrar através da educação não unicamente dos alunos, mas também dos adultos sobre a questão do consumo. É preciso desenvolver uma educação geral sobre problemas da relação com a natureza, que indique que a finalidade da civilização não é unicamente de ordem quantitativa, mas qualitativa. Penso que uma educação geral de mudança de vida, uma nova relação como consumo, com sua vida cotidiana é muito importante. Penso que uma Declaração dos Direitos da Natureza não é má, é bem, mas há questão mais profunda a fazer. Há coisas mais profundas a fazer, que devemos mudar o senso mesmo da civilização, como dizia o presidente (coreano?), o bem-viver, relação de solidariedade, de bem viver.

**ANDRÉ SENRA** – *A consciência é um conceito que parece estar relacionado à ideia de uma crítica restituidora dos limites e da legalidade tanto do pensar quanto do agir. Nesse sentido, o tema da consciência aparece como um chamado contra a alienação. Por outro lado, consciência é um assunto que desapareceu das investigações filosóficas no séc. XX (Marx foi o último que trata do assunto na Modernidade e na contemporaneidade somente Husserl desenvolve esta abordagem). A retomada do tema consciência indica que uma consciência mundial não seria uma razão alinhada à ideologia do poder vigente, mas necessariamente estaria se anunciando em oposição à Globalização?*

**EDGAR MORIN** – Uma consciência mundial significa uma consciência que hoje é mais fácil desenvolver que nos tempos passados, onde não havia relações entre as nações e os povos. Hoje, como há a consciência de comunidade de destino, a consciência mundial é para mim a consciência de terra pátria. Todos somos filhos e filhas da terra, de uma evolução biológica desse planeta. Temos os mesmos traços fundamentais, as mesmas capacidades de sorrir, de chorar, a anatomia, mas a coisa mais importante é entender a unidade humana com a diversidade humana. Todos os humanos são exatamente o mesmo modelo. Cada pessoa é singular, cada uma tem sua cara, sua mentalidade, um temperamento. O mesmo acontece para as culturas. A cultura é um fato universal, mas elas são todas diferentes. As línguas têm todas uma mesma estrutura, mas são todas diversas. Unidade na diversidade e diversidade na unidade. A consciência mundial não é unicamente a consciência da unidade, mas a consciência da diversidade humana, de respeitar e desenvolver toda a diversidade que é uma coisa criativa.

**ANDRÉ SENRA** – *Em que sentido a crítica de Marx em relação às contradições internas do capitalismo ainda pode ser atualizada em função do parâmetro atual do desenvolvimento social levando-se em conta a globalização e a sustentabilidade?*

**EDGAR MORIN** – É evidente que pobreza e desigualdade são traços do mesmo processo. Havia, no passado europeu, forças contraditórias reguladoras do capitalismo que ofereciam proteção aos pobres. Hoje isso está meio destruído. Penso que o processo de proletarização de Marx se faz presente. A proletarização se verifica na força de trabalho. Penso que é preciso regenerar o movimento dos trabalhadores e dos consumidores. Porque agora não há unicamente os produtores, mas há também os consumidores. São os mesmos. É

<sup>2</sup> Aqui Morin fala de "sales", "sujas", ou melhor dizendo, energias não-renováveis (N. do E.).



preciso investir no movimento de resistência, criar uma nova consciência de solidariedade humana, criar o fermento dos antigos partidos de esquerda, do passado. Penso que posso propor soluções locais como essa, em alguns casos, mas no geral, a redução da desigualdade é que permite diminuir a pobreza. Penso que isso passa por um processo de ressurreição da solidariedade social. A diferença, no passado, entre pobre europeu e pobre africano ou latino-americano é, segundo o sociólogo Simmel, que pobre é a pessoa assistida, que beneficia de alguma assistência social, da igreja, da municipalidade, da família. Pobre é ser assistido, isso impede que o pobre caia em miséria total. Por isso, devemos fazer todo o movimento de luta contra a pobreza, fazendo a ressurreição da solidariedade.

**ANDRÉ SENRA** – *O contrato social foi instituído na Modernidade para garantir certa proteção aos cidadãos. No séc. XXI, qual seria o papel do contrato social: proteger-nosdo capitalismo?*

**EDGAR MORIN** – O contrato social é uma palavra abstrata. Para Jean Jacques Rousseau o Contrato Social significa que as pessoas abandonam sua visão egoísta para delegá-la a uma vontade geral. Nunca se pode fazer escrito esse tipo de contrato. O que é verdadeiro nessa ideia é que o interesse geral não é a adição dos interesses particulares. Mas se alguém disse, por exemplo, como fez o Partido Comunista diz ser representante do interesse geral, então ele pode impor a todos sua vontade. Isso não é importante. Para mim não se pode fazer um contrato, a não ser de um modo ideal.

**ANDRÉ SENRA** – *A metáfora “tribunal da razão” foi pensada por Kant para afirmar a necessidade de uma razão que sabe pensar de modo autônomo, crítico, maduro, equilibrado. Tal razão, certamente, não se orienta em função de questões de interesse. A filosofia crítica de Kant inclina-se ao projeto iluminista. Trata-se de uma petição de princípio universalista. Um tribunal não parte de questões casuísticas. Mas a relativização contemporânea retira a possibilidade do iluminismo, simultaneamente, aparece outra questão: como tratar a ideia de um tribunal a partir de uma consideração relativista e tendendo a algo já determinado em função da razão determinada como o materialismo e a economia capitalista?*

**EDGAR MORIN** – Nessa questão (criação de um Tribunal Moral para julgar crimes) não sou totalmente de acordo com meu amigo senador Cristóvão Buarque. Por quê? Quando fazemos uma discussão de crime contra a humanidade é contra a humanidade futura. Pode-se ver que tudo é manipulação de informações sobre o que seja um crime. Pode ser que a produção de objetos que provocam danos à natureza é um crime. Não podemos concretizar isso. Se penso que todo o curso de nossa civilização é um crime contra a humanidade, para o futuro, então terei dificuldade de discriminar, de localizar, e selecionar esses crimes. A dificuldade é de selecionar quais são os crimes e quais não são. Houve a criação do Tribunal Russell<sup>3</sup> contra os bombardeamentos no Vietnã, porquê não era contra os militares, mas contra os civis. Foi algo localizado. Hoje, o mesmo Tribunal discute os direitos dos palestinos. É algo localizado. A primeira coisa que devemos ver se há coisas que podemos selecionar como crime. Parece difícil. Por exemplo, na França há um laboratório farmacêutico que fabricou um produto que, cinco ou seis anos depois, começou-se a entender como um produto muito nocivo. Mas o laboratório fez de tudo para impedir iniciativas na mídia para tornar isso público. É um crime para o qual há um tribunal normal para julgá-lo. Outro exemplo, a indústria de cigarros pagou periódicos e cientistas para dizer que os cigarros não são tão prejudiciais; fez esforços para sublinhar os aspectos benéficos e esconder os efeitos mortais. Há processos normais que podem ser feitos contra essas coisas. Penso que há uma coisa importante e nova, ligada com a consciência da destruição da natureza, que é entender que a ética é também uma ética para o futuro, não unicamente para hoje. Normalmente, a ética é um comportamento moral para a relação de uns para com os outros. Hoje, é preciso pensar no que vamos deixar para as futuras gerações. Essa é uma nova dimensão da ética. Nós devemos introduzir a concepção do futuro na ética. Para mim, até agora, a ideia de um Tribunal não me parece bastante possível de modo eficaz. Penso que, como tudo, há a necessidade de conscientizar. Sempre, na história, o

3 Referente a um evento, organizado pelo filósofo britânico Bertrand Russell (1872-1970) e mediado por Jean-Paul Sartre (1905-1980), igualmente conhecido por “Tribunal Internacional de Crimes de Guerra” ou “Tribunal Russell-Sartre”, com vistas a avaliar as políticas externas dos Estados Unidos, e em particular a intervenção no Vietnã (mais conhecida como a “Guerra do Vietnã” – mas que envolveu também o Laos e o Camboja – entre 1955 e 1975). No esteio da derrota francesa de 1954 na Batalha de *Diên Biên Phu*, no Vietnã (que fazia parte da Indochina Francesa, como parte do Império Colonial Francês, e ao qual fora incorporado em 1887), que dividiu o país entre Vietnã do Sul e Vietnã do Norte. O “Tribunal” foi instituído em 1966, e conduzido em duas sessões, em Estocolmo, na Suécia e em Roskilde, na Dinamarca, redundando num livro publicado por Russell em 1967, *War Crimes in Vietnam*. O “Tribunal” consistia em 25 notáveis – entre ganhadores de Prêmios Nobel, pacifistas, e agentes de campos sociais –, dentre eles, Tariq Ali, Günther Anders, James Baldwin, Lelio Basso, Julio Cortázar, Lázaro Cárdenas, Simone de Beauvoir, dentre outros. Dentre os diversos veredictos derivados do “Tribunal”, encontra-se o fato que os Estados Unidos cometeram genocídio contra o povo do Vietnã. Ainda decorrente dessas atividades, outros tribunais foram formados, tomando o mesmo modelo, para fins igualmente diversos, como os que analisaram: a repressão no Brasil, Chile e América Latina (1974-1976, em Roma e em Bruxelas); os Direitos Humanos na Psiquiatria, organizado por Thomas Szasz (2001, em Berlim); as ações na Palestina (2009-2014, Barcelona, Londres, Cidade do Cabo, New York e Bruxelas), etc. (N. do E.).



desenvolvimento se dá em pequenos grupos, como foi o caso da religião cristã. É preciso começar uma nova consciência em vários lugares, em redes, de modo que torne uma força nova para mudar as coisas.

**MATEUS XAVIER** – *Há uma separação, desde Maquiavel, entre ética, política e ciência. Nossos problemas mundiais são causados em função dessa separação. Você concorda com uma união da ética, política e ciência para solucionar os grandes males do nosso século?*

**EDGAR MORIN** – Penso que há sempre problemas conflituais entre ética e política. No caso de uma nação, há duas políticas: uma real política, ligada aos interesses da nação, e outra política ideal, ou ideal de política, que é a política dos direitos humanos. Tomamos, por exemplo, a relação com China. A China é uma ditadura onde não há direitos humanos, com poucas liberdades para os trabalhadores e as outras pessoas. Uma política ética seria não estabelecer relação com a China, mas de fato os interesses econômicos e de mercado faz com que tal relação aconteça. Tomamos o caso da Síria, que é uma ditadura terrível. Como intervir nessa questão se não há possibilidades militares de fazê-lo? E também há o problema da oposição à essa ditadura, que é uma oposição com suas contradições éticas e religiosas. É muito difícil de introduzir ética nesse contexto. O problema permanente é combinar ética e política, introduzir ética em política. Podemos introduzir um pouco de ética no mundo, mas se chegarmos a uma sociedade mundial, a uma confederação mundial, então será mais fácil de introduzir a ética, pois a fala se dá em nome de todos. Nos tempos atuais, permanece o desafio da ética na ciência. Há uma ciência em que a única ética é o conhecer pelo conhecer. Isto não é ética. Falta uma ética humanista que impeça os cientistas de fazer algumas experiências. Por exemplo, em Auschwitz houve uma medicina nazista. A ciência não tem ética. Unicamente uma ética humanista ou religiosa pode impedir a ciência de fazer coisas demasiado antiéticas. A questão de reintroduzir a ética em todos os campos é muito importante, mas as contradições e dificuldades entre ciência, ética, política, técnica, permanecem desafios.